

Narrativas alternativas em tempos de “pós-verdade”: a prática de pesquisa enquanto atividade dialógica¹

Naomi Orton²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Esse artigo contempla as repercussões dos discursos da “pós-verdade” para os fundamentos epistemológicos da pesquisa discursiva chamada “pós-moderna”, especialmente na área de Análise de Narrativa contemporânea (GEORGAKOPOULOU, 2006). A partir da compreensão da pesquisa social enquanto prática metanarrativa, reflete-se sobre o potencial de eventos narrativos – encruzilhadas nas quais estas metanarrativas se encontram em diálogo com interlocutores diversos – enquanto momentos em que a validade pode ser construída. Propõe-se ainda que a prática narrativa possa auxiliar na identificação de pontos de articulação entre os alegados polos de emoção e razão, permitindo que questões sociais deslegitimadas por discursos da “pós-verdade” sejam vistas de novos ângulos. Por fim, a partir de uma abordagem dialógica (BAKHTIN, 1997), contempla-se a possibilidade de tais narrativas extrapolarem fronteiras convencionais — tanto aquelas entre diferentes campos de saber, quanto aquelas entre a academia e a sociedade mais ampla — no intuito de acarretar a transformação social.

Palavras-chave: Pós-moderno; Pós-verdade; Dialogismo; Epistemologia; Metanarrativa.

Title: *Alternative Narratives in Post-Truth Times: research practice as a dialogical activity*

Abstract: This paper contemplates the repercussions of “post-truth” discourse for the epistemological foundations of so-called “postmodern” discursive research, particularly in the field of contemporary Narrative Analysis (GEORGAKOPOULOU, 2006). Based on an understanding of social research as metanarrative practice, it reflects on the potential for narrative events — junctures at which these metanarratives find themselves in dialogue with varied interlocutors – as moments in which validity may be constructed. It further suggests that narrative practice may be pivotal in bridging the gap between the alleged poles of emotion and reason, enabling social issues discredited by post-truth discourse to be seen from new angles. Finally, drawing on a dialogical approach (BAKHTIN, 1997), it considers the possibilities for such narratives to stretch conventional boundaries — both those between different fields of study and those between academia and society more widely speaking — with the aim of engendering social transformation.

Keywords: Postmodern; Post-truth; Dialogism; Epistemology; Meta-narratives.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), código E-26/204.143/2021.

² Pós-doutoranda em Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com bolsa Pós-Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6458-8411>. E-mail: naomiorton@hotmail.com.

Introdução

No ano de 2016, Kellyanne Conway, a então Conselheira de Donald Trump nos EUA, se tornou notória por caracterizar as declarações equivocadas de Sean Spicer (porta voz da Casa Branca) — a respeito do número de espectadores na tomada de posse do presidente — como “fatos alternativos”. Paralelamente, do outro lado do Oceano Atlântico, a população do Reino Unido se viu persuadida pelas promessas da campanha “Leave” de que a saída da União Europeia economizaria o país milhões de libras a serem redirecionadas ao sistema público de saúde, enquanto no Sul Global ecoaram gritos — dos mais altos escalões do governo até as ruas — de que o “*impeachment*” da então presidenta brasileira Dilma Rousseff iria “acabar com a corrupção” em toda a esfera política. Nenhuma dessas previsões se concretizaram, nem se fundamentaram em bases sólidas ao serem enunciadas. Tais episódios foram acompanhados por debates acalorados a respeito da produção e da disseminação de discursos que — para alguns — aparentavam ser, no mínimo, desatenciosos: esses tipos de enunciados deveriam ser compreendidos como mentiras descaradas, novas estratégias de manipulação das massas, ou simplesmente “narrativas alternativas”? Conforme as discussões foram ganhando ímpeto, parecia que a própria noção de “verdade” estava na berlinda, levando muitos a declararem que entrávamos em uma época de “pós-verdade” — antes do fim de 2016, o termo tinha sido selecionado como “palavra do ano” pelo dicionário de Oxford³.

Nesse mesmo dicionário, “pós-verdade” é definida como um adjetivo que “se relaciona a ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos exercem menos influência na formação de opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal”⁴. De forma semelhante, em obra que levanta questões a respeito do papel das perspectivas chamadas “pós-modernas” (as quais questionam a possibilidade de uma verdade objetiva a ser revelada pela ciência) na inauguração da era da “pós-verdade”, McIntyre (2018, p. 32) postula que “a pós-verdade não é tanto afirmar que a verdade não existe, como é afirmar que os fatos importam menos que nosso ponto de vista político”, acrescentando que seria “uma forma de supremacia ideológica, na qual seus praticantes buscam convencer alguém a acreditar em algo, independente de haver evidência ou não”. Tanto os editores do tal dicionário, quanto McIntyre parecem, portanto, preocupados com uma alegada desvalorização de “fatos (objetivos)”, cujo status já vinha sendo questionado por pesquisadores enquadrados como “pós-modernos”. Por pensamento pós-moderno, me refiro à concepção da realidade social enquanto saldo de práticas discursivas, sejam elas interações cotidianas ou textos de pesquisa, dentre outros tipos possíveis. Kraatila (2019, p. 419), por sua vez, atribui responsabilidade pelo avanço da “pós-verdade” mais explicitamente a quem subscreve a ideia de que a realidade social é produzida na prática narrativa. Segundo a autora, a impressão de que o “mundo humanamente acessível [consiste] inteiramente de narrativas conflitantes e convergentes” está “no cerne do [...] pensamento da pós-verdade”. Já em *Post-truth: the new war on truth*

³ Oxford University Press. *Word of the Year 2016*. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 09 set. 2022.

⁴ Todas as traduções são de autoria minha.

and how to fight back (“A pós-verdade: a nova guerra contra a verdade e como lutar contra” em tradução livre) D’Ancona (2017, p. 8) define a pós-verdade como “o espalhamento infeccioso de um relativismo pernicioso vestido de ceticismo legítimo”. Para esse autor, embora o pós-modernismo tenha aberto caminho para uma sociedade mais justa e plural — ao questionar a construção de discursos “hegemônicos” e advogar pela inclusão de múltiplas vozes na construção de conhecimento — tal pensamento simultaneamente tem contribuído para “corromper” a noção de “verdade” (objetiva), abrindo caminho para os discursos da “pós-verdade”. Apesar da circulação do termo “pós-verdade” anteceder os eventos politicamente carregados de 2016, como a eleição de Trump nos EUA, o plebiscito do *Brexit* e o “*impeachment*” de Dilma Rousseff no Brasil (visto por muitos como um golpe de Estado), tais marcos, frequentemente, são compreendidos como catalisadores da era da pós-verdade. Embora os primeiros dois exemplos possam ser atribuídos a atores políticos específicos, o discurso da corrupção é mais escorregadio e sua fonte mais difícil de apontar, de tão amplamente disseminado que se tornou. Isso se deve, pelo menos em parte, ao que Blommaert (2020) denomina a “comunicação policêntrica” — uma característica intrínseca das sociedades pós-digitais — nas quais inovações das grandes empresas de tecnologia esbarram com buscas por agência, criação de conteúdo próprio e sistemas de mídia híbridos, fazendo com que uma miríade de atores sociais (tanto humanos, quanto não humanos) produzam, circulem e consumam esses discursos.

Em ensaio sobre a relação entre as mídias sociais e políticas populistas, Cesarino (2020) argumenta ainda que as características estruturais das mídias digitais proporcionam um espaço liminar que potencializa a eficácia e a capilaridade da disseminação de desinformação. Propulsionados pelo espaço digital dessa forma, discursos da “pós-verdade” frequentemente servem para *fortalecer preconceitos pré-existent*s — como a xenofobia que desencadeou a campanha de *Leave* no Reino Unido e a vitória de Trump, ou a homofobia e misoginia que contribuíram para a ascensão de Bolsonaro no Brasil — *em vez de semear tais crenças discriminatórias* (ORTON, 2021). Afinal, como nos ensinou Bakhtin (1997), nenhum enunciado existe num vácuo — dialoga com enunciados anteriores e antecipa enunciados futuros. Isso significa que quando, em sua campanha presidencial de 2020, Trump argumentou que Biden “seguiria a ciência”⁵, por mais incrível que possa parecer, constituía em uma crítica; o valor atribuído à “ciência” pelas “audiências-micro”⁶ (BLOMMAERT, 2020, p. 393) às quais o então presidente buscou se endereçar se encontra distante do valor atribuído à ciência por pesquisadores da Linguística Aplicada (ou seja, aqueles que se interessam pelas relações entre linguagem e sociedade), ou de qualquer outro campo científico. Nesse mesmo sentido, os eventos cataclísmicos de 2016 representam conseqüências em vez de causas dos discursos da pós-verdade. Como aponta Mooney (2011), os fundamentos da pós-verdade se estabeleceram antes mesmo do pensamento pós-moderno ser difundido. Na década de 1970,

⁵ Harvey, J. *Trump Mocks Joe Biden: If Elected, ‘He’ll Listen To The Scientists’*. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/trump-biden-will-listen-to-scientists_n_5f8d04dac5b67da85d1f86c2. Acesso em: 09 set. 2022.

⁶ Isto é, audiências específicas miradas por atores políticos no novo sistema híbrido em que mídias “novas” e “velhas” se encontram em interação constante.

conservadores “criaram uma armada de *think-tanks* – entre elas entidades que, hoje em dia, disputam as mudanças climáticas – justamente no intuito de criar suas próprias câmaras de eco de ‘expertise’ fora da academia”⁷. Infelizmente, tal cenário também significa que a eleição de líderes alternativos (como Joe Biden nos EUA em 2020, ou uma possível alternância de poder no Brasil a partir das eleições de 2022) não será suficiente para alterar o preocupante curso atual no qual a tradição acadêmica baseada no “diálogo plural, com exame e debate de um repertório amplo de vozes e experiências concorrentes” (BIAR et al., 2021, p. 245) é substituído por um sistema alternativo de produção de conhecimento, alimentado exclusivamente por aqueles que subscrevem às mesmas crenças.

De 2016 em diante, o fenômeno — por vezes chamado também de “desinformação” — tem continuado a ganhar espaço em debates das mais diversas esferas, da midiática e política, à educacional e acadêmica, além de se tornar objeto de discussão no âmbito das próprias mídias sociais, muitas vezes, apontadas como a fonte primordial da criação e da circulação desses enunciados. Esse ensaio concentra-se nas repercussões do fenômeno para a comunidade acadêmica, se debruçando, mais especificamente, sobre pesquisas preocupadas com o discurso que também se subscrevem à noção de que a realidade social é discursivamente construída, se inserindo, assim, na chamada tradição “pós-moderna”. Afinal, se não há uma verdade objetiva a ser capturada e revelada pelos métodos científicos, como separar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos acadêmicos e aqueles produzidos pelos discursos da pós-verdade? Se a pesquisa discursiva preocupada com o avanço de questões sociais busca ouvir e fazer circular “narrativas alternativas” de grupos historicamente marginalizadas, como argumentar por sua validade diante das “narrativas alternativas” propagadas por atores políticos na era da pós-verdade, tais como os esforços de Bolsonaro de apresentar a ditadura militar (1964-1985) em uma luz favorável?

Ao contemplar essas questões, esse artigo — assim como qualquer outro texto — costura argumentos, observações e reflexões julgadas pertinentes por mim enquanto autora, e sua organização decorre da minha percepção dos potenciais elos entre as questões levantadas. Busca dialogar tanto com aqueles com pontos de vista divergentes, quanto com aqueles com perspectivas convergentes. Não busca apresentar respostas ou verdades definitivas e sim, contribuir para um debate já em andamento e que, certamente, não se encerrará com a publicação desse texto. Com essa ressalva, o trabalho se estrutura da seguinte maneira: iniciarei delineando alguns pressupostos que norteiam estudos contemporâneos preocupados com o discurso e a produção de “verdades”, bem como meu próprio entendimento do que move a dita pesquisa “microanalítica”. Tendo esboçado esse plano de fundo, confiro enfoque à Análise de Narrativa, apresentando a visão contemporânea da prática narrativa como performance (AUSTIN, 1962) situada e dialógica, na qual o mundo

⁷ Um exemplo mais atual disso seria a formação de comitês científicos (como o do governador Claudio Castro no Rio de Janeiro) para informar decisões a respeito da pandemia da covid-19, escolhendo apenas “especialistas” que promovem tratamento precoce não comprovado, ou com quem se compartilha posições políticas. Ver: Graell, F. *Cláudio Castro cria comitê científico para enfrentamento da Covid*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/13/claudio-castro-cria-comite-cientifico-para-enfrentamento-da-covid.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2022.

narrado é construído a partir de uma posição retrospectiva, além das repercussões para a disseminação de pesquisas do campo. A seguir, examinarei os processos dos bastidores que antecedem a publicação de textos de pesquisa, sublinhando a importância de maior transparência a respeito — ao incorporar nesses textos informações sobre os percalços encontrados — caso tais produções desejem reivindicar validade. Finalizo buscando apontar o papel desempenhado pela pesquisa social — especialmente pesquisas interessadas na prática narrativa enquanto meio primordial para a construção de significados— na desconstrução do binário entre a emoção e a razão, bem como no avanço de questões sociais, ao refletir sobre as relações de poder que ainda podem prejudicar tal agenda.

“Pós-modernismo”: a desestabilização da realidade?

Estudos contemporâneos preocupados com o discurso tendem a assumir a posição de que a realidade social é discursivamente construída, ou, nas palavras de Foucault (1972, p. 49), que práticas discursivas “formam os objetos dos quais fala”, uma perspectiva, frequentemente, enquadrada como pós-moderna. As práticas discursivas, portanto, merecem atenção analítica, uma vez que arranjos sociais enraizados, como categorias racializadas ou noções binárias de gênero, além das associações a elas atribuídas, não somente são criadas nas práticas discursivas, como também podem ser desafiadas e reconfiguradas nas interações cotidianas, a nível micro de interação. A partir desse pressuposto, diversos núcleos de pesquisa no campo da Linguística Aplicada, tanto no Brasil, quanto no mundo como um todo, vêm direcionando cada vez mais atenção a esses contextos “micro”, com vistas a compreender sua relação com o que tem sido chamado a “ordem social” (normas e regras de ordem macro) (GOFFMAN, 1983), “Discursos com D maiúscula” (“linguagem mais outras coisas”) (GEE, 1999, p. 34, grifo do autor), “sistemas de coerência” (discursos estabilizados e compartilhados) (LINDE, 1993), ou “narrativas *master*” (meios de interpretação socioculturalmente aceitos) (LYOTARD, 1984).

Tais empreitadas se baseiam no entendimento de que discursos hegemônicos, ou discursos “macro”, isto é, ideias sobre a vida social que se encontram arraigadas em função de associações repetidas, circulam no mundo e que atores sociais engajados em situações concretas de comunicação interagem com essas estruturas e podem reafirmar, contestar ou reformular esses enunciados anteriores (BAKHTIN, 1997). Vale destacar que por “hegemônico”, não me refiro a discursos no sentido tradicional daquilo necessariamente produzido por personagens políticos, ou as grandes mídias para o eventual consumo na “esfera pública”. Conforme frisado por Blommaert (2020), as oportunidades de produção e de circulação de discursos vem sendo reconfiguradas nas sociedades “pós-digitais”, possibilitando que um leque maior de atores participe ativamente dessas cadeias enunciativas.

A arena fragmentada na qual isso ocorre torna a microanálise, a meu ver, o único meio possível de observação empírica: não apenas do conteúdo de tais enunciados, como também das condições que moldam sua emergência e penetração na sociedade. Como analistas,

então, buscamos avançar compreensões mais nuançadas dos processos pelos quais significados são negociados e moldados durante uma dada interação. Esse tipo de empreendimento, frequentemente, parte de uma crença na necessidade de reconhecer e ouvir as múltiplas vozes que concorrem por espaço na sociedade contemporânea, especialmente aquelas de grupos cujas histórias têm sido, historicamente, marginalizadas por narrativas dominantes (ORTON, 2021).

Dito isso, embora tais pesquisas microanalíticas, frequentemente, interroguem “estruturas macro” – o que Blommaert (2020, p. 391) denomina os “impulsionadores genéricos, profundos e, frequentemente, invisíveis por trás da conduta social concreta” – no intuito de fornecer maior visibilidade às formas pelas quais determinados discursos são legitimados e autenticados, enquanto outros não, pesquisadores dedicados a esse tipo de investigação igualmente tendem a adotar a visão de que a pesquisa social em si não é imune a tais processos. O conhecimento científico é, portanto, um produto das investigações consideradas empreitadas merecedoras, intimamente ligado a estudos tanto anteriores quanto futuros, numa cadeia infinita de enunciados, além de ser discursivamente construído pela publicação de artigos e dissertações, ou a apresentação de resultados em congressos, em vez de ser uma entidade já circunscrita, simplesmente aguardando descoberta⁸. A título de ilustração, como a ciência tem sido, historicamente, dominada pela figura do homem branco cis-gênero e heterossexual, pesquisas nas mais diversas áreas de saber tendiam (e ainda tendem) a priorizar questões vistas como dignas de investigação por este grupo, negligenciando questões caras aos grupos minoritários. Latour (1989) direciona atenção especial aos processos envolvidos nessa produção de conhecimento quando fala das “*reseaux*”, ou “redes”, que tornam a percepção de determinados fenômenos possível. Em outras palavras, investigadores precisam de uma rede de aliados (tanto humanos, como orientadores, colegas, avaliadores, editores etc., quanto não humanos, como equipamento a sua disposição, e assim por diante) para que a seus achados o “*status de verdade*” possa ser atribuído.

Dito de outra forma, a “verdade” não se sustenta em função de sua razão inerente, ela é sustentada por uma rede de aliados que contribuem para esta solidez. Sobretudo, a possibilidade de criar uma rede sólida se encontra imbricada com as relações de poder, como a biografia do pesquisador, a instituição na qual trabalha, onde tal instituição se insere nas relações hierárquicas Norte/Sul, a língua falada nessa região e, conseqüentemente, as oportunidades para disseminação para além das fronteiras nacionais e assim por diante (ORTON, 2021).

Na seção final, lançarei um olhar crítico sobre as estruturas de poder que moldam a comunidade acadêmica, bem como as implicações para as questões aqui levantadas. Por ora, gostaria de sublinhar que a visão da realidade que venho delineando até o presente momento

⁸ Latour (1989) delinea uma distinção importante entre os mundos sublunar e supralunar. Para o autor, o mundo supralunar de coisas é aguardando a descoberta pacientemente. Porém esse ensaio se preocupa mais com o mundo sublunar de crenças e opiniões humanas, nas quais pesquisas em discurso tendem a focalizar e que podem ser compreendidas como em estado de fluxo.

(seja ela a “realidade” colocada sob escrutínio nas nossas investigações, seja ela a “realidade” que decorre delas) – como maleável e efêmera a uma vez só – é frequentemente categorizada como pertencente a uma perspectiva “pós-moderna”, termo empregado cada vez mais frequentemente com conotações pejorativas (ver, por exemplo, MCINTYRE, 2018; SCRUTON, 2015). Desde o advento do que é considerado o pensamento pós-moderno na segunda metade do século XX, (durante o qual pensadores como Foucault e Lyotard, entre outros, questionaram os efeitos de verdade produzidos na linguagem e sua relação com estruturas de poder, inclusive os efeitos de verdade produzidos pela própria produção científica) disputas acirradas vêm ocorrendo entre seus proponentes e aqueles enfurecidos pelo que foi/é visto como um ataque sem precedentes ao valor da “*verdade científica*”. Tal foi o caso do físico Alan Sokal que convidou seus pares pós-modernos a pular da janela de seu apartamento no vigésimo primeiro andar, caso desejassem testar se as leis de física eram meras convenções sociais⁹. Como já mencionado, mais recentemente, o chamado pós-modernismo vem sendo novamente criticado por, ostensivamente, ter aberto uma espécie de caixa de pandora: não somente diminuindo o valor da pesquisa científica no imaginário popular, como também, alegadamente, fornecendo amplas munições aos provedores dos discursos da “pós-verdade”.

Na próxima seção, gostaria de considerar, mais especificamente, o que adotar uma visão chamada “pós-moderna” significa para estudos discursivos interessados na prática narrativa, com vistas a, posteriormente, refletir sobre as implicações dos discursos da “pós-verdade” para esse tipo de pesquisa e seu possível papel frente a esse fenômeno.

Mundos narrados e a construção da experiência

A inauguração do campo de Análise de Narrativa tende a ser atribuída ao sociolinguísta William Labov (ver LABOV; WALETSKY, 1967; LABOV, 1972). Em trabalho seminal, Labov conceituou a narrativa como uma forma de *recapitular experiências passadas*: um meio pelo qual narradores buscam veicular sua visão de mundo, especialmente a partir de práticas avaliativas. Embora Labov tenha argumentado que o *ponto* de uma determinada história precisava ser aceito pelos presentes no momento da prática narrativa – o que o autor denominou a “*reportabilidade*” da história – estudos posteriores conferiram maior enfoque aos seus aspectos interacionais. No que tem sido denominada a “segunda virada narrativa” (GEORGAKOPOULOU, 2006), a prática narrativa passou a ser vista como *um meio situado e dialógico para reconstruir eventos passados* (ver, por exemplo, BRUNER, 1990; LINDE, 1993). De acordo com Schrifin (1984), a prática narrativa funciona como uma forma de impor ordem, coerência e significado à experiência anteriormente nebulosa, constituindo o meio primordial pelo qual narradores não somente articulam suas visões de mundo, como também convidam outros a ratificá-las. Para autores associados com este período, a organização temporal da experiência é, portanto, vista como uma prática interpretativa, que ocorre a partir de uma

⁹ SOKAL, D. *A Physicist Experiments With Cultural Studies*. Disponível em: https://physics.nyu.edu/sokal/lingua_franca_v4/lingua_franca_v4.html. Acesso em: 09 set. 2022.

posição retrospectiva – o que Mishler (2006) denominou a “mão dupla do tempo”. Já outros pesquisadores em Análise de Narrativa vêm sugerindo que o mundo narrado em si não seria pré-discursivo; a prática narrativa que lhe daria vida (ver, por exemplo, JÄRVINEN, 2003; LANGELLIER, 2001; YOUNG, 1987).

Tal percepção abriu caminho para a visão contemporânea da narrativa como ação performativa (e.g., DE FINA, 2021; DE FINA; GEORGAKOPOULOU, 2008; GEORGAKOPOULOU, 2006), o que Georgakopoulou (2006) denomina a “terceira virada narrativa”. Segundo a autora, essa ruptura é marcada por três características principais: a adoção de (i) teorias de gêneros discursivos fundamentadas na prática que conectam modos de falar à produção da vida social; (ii) uma visão de identidades como “categorias construídas localmente, esboçadas conjuntamente, contestadas/contestáveis, performadas (em vez de “reais” [...]), abertas à revisão e remodelagem” e (iii) um enfoque nas práticas sociais micro, fragmentadas e/ou não hegemônicas como locais cruciais de subjetividade nos quais tais fenômenos podem ser observados. Pesquisadores contemporâneos associados com a terceira virada então perguntam: “como fazemos *self* (e outros) em gêneros narrativos em uma variedade de locais de engajamento?” (GEORGAKOPOULOU, 2006, p. 128, grifo da autora). Vale realçar que essa visão da narrativa como performance não se limita às identidades que dela emergem — as narrativas em si passam a ser vistas como ação discursiva (GERGEN; GERGEN, 2006). Ou, nas palavras de De Fina e Georgakopoulou,

narradores performam várias ações sociais enquanto contam histórias e fazem trabalho retórico pela narrativa: propõem argumentos, desafiam os pontos de vistas de seus interlocutores e, de um modo geral, ajustam suas histórias a vários propósitos locais e interpessoais (DE FINA; GEORGAKOPOULOU, 2008, p. 381-2).

Isso constitui uma ruptura significativa com o foco anterior em narrativas autobiográficas solicitadas em entrevistas de pesquisa, (muitas vezes, diádicas), a partir das quais um *self* “coerente” e ensaiado poderia emergir (e.g. LINDE, 1993).

Alinhados com tal pensamento, autores como Schoofs e Van de Mierop (2019) vem investigando a relatividade do que é apresentado como “verdade” na prática narrativa, ao observar as formas pelas quais narrativas sujeitas a múltiplas recontagens podem ser reorientadas no intuito de contemplar atualizações nas “narrativas *master*” que circulam, projetando identidades e valores espacialmente e temporalmente relevantes. Um projeto de pesquisa recém-concluído (ORTON; BIAR, 2020; ORTON; BIAR, 2021), em que investiguei performances de gênero emergentes de interações entre participantes de um movimento social, serve para ilustrar esse ponto. Embora gênero não constasse nas questões de pesquisa iniciais, após a identificação de gênero enquanto categoria saliente nos dados (gravações em áudio de debates entre ativistas no Rio de Janeiro), sua relevância passou a se tornar cada vez mais visível para mim. Tal percepção não se limitou apenas aos dados em si, mas se estendeu a histórias que já vinha contando, tanto sobre interações com o grupo estudado, como também sobre experiências muito além das “fronteiras” (móveis) do campo de pesquisa. Em outras palavras, passei a reinterpretar situações cotidianas e experiências passadas de um

ponto de vista novamente adquirido, questionando cada vez mais expectativas generificadas e sedimentadas. De algum modo, passei a reescrever minha história de vida de uma maneira catártica e transformadora, me liberando de ideias sutilmente normativas a respeito de gênero (ORTON, 2021). Tal reavaliação da experiência constitui um processo fundamental para que injustiças históricas possam ser reenquadradas como tal, propulsionando uma “radical reorientação temporal do conhecimento” (MIYAZAKI, 2004, p. 5) e tornando a mudança social tangível. Entretanto, também pode ser levado ao extremo, tal como o revisionismo histórico no qual Winston (o protagonista orwelliano do romance perturbadoramente distópico e profético “1984”) participa no “Ministério da Verdade”. Ou, possivelmente mais perturbador ainda, a propensão do ex-presidente Trump pela destruição de registros e documentos oficiais relacionados ao seu mandato na Casa Branca¹⁰.

Como já pontuei (ORTON, 2021), o campo da Antropologia vem enfatizando há tempos que os textos de pesquisa devem ser compreendidos como gêneros literários, pois as histórias que contam representam apenas versões possíveis dentre um leque exponencial (ver CLIFFORD; MARCUS, 1986). Tradicionalmente, a escrita etnográfica era considerada a “arte” de convencer o leitor da autenticidade do relato a partir de um estilo “vivido”; “os fatos”, por sua vez, teoricamente podiam ser mantidos separados dessa maneira “mais eficaz” de apresentar uma descrição “objetiva”. Porém, de acordo com Clifford (1986, p. 35), “as dimensões literárias [...] não podem ser mais compartimentalizadas tão facilmente. Elas atuam em todos os níveis da ciência cultural”. Assumir a atuação dessas qualidades literárias em todo o texto não é o equivalente a dizer que o texto não deva ser convincente, o risco, talvez, resida na apresentação dele enquanto versão única daquilo se estuda (ao fechar a possibilidade de diálogo com outras vozes).

Ao compreender esses textos como práticas discursivas que constituem a realidade social (assim como os textos sobre os quais buscam lançar luz), é possível examinar suas semelhanças com as práticas narrativas cotidianas: como construções que subjetivamente reúnem eventos e observações anteriormente isoladas, até produzir coerência. A partir dessa visão, a disseminação da pesquisa narrativa pode ser vista como um tipo de metanarrativa. Além disso, durante as tentativas de construir significados sobre as histórias analisadas, as histórias produzidas são, frequentemente, entrelaçadas com a própria experiência e impressões como observador participante e, nesse sentido, podem ser compreendidas como narrativas de experiência vicária — gênero chamado “transficcional¹¹” por Hatavara e Mildorf (2017). Embora textos de pesquisa, tipicamente, não incluam aspectos de representação mental associados com a ficção, os processos literários, necessariamente, envolvidos (como a metáfora, a figuração etc., ver CLIFFORD, 1986, p. 4) na sua produção podem fomentar sua “passagem pela divisão factual/ficcional” (BROWSE; HATAVARA, 2019, p. 336).

¹⁰ Guardian, The. *Historians having to tape together records that Trump tore up*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2021/jan/17/historians-having-to-tape-together-records-that-trump-tore-up>. Acesso em: 09 set. 2022.

¹¹ Para os autores, uma narrativa pode ser caracterizada como transficcional quando tem como ponto de referência um acontecimento “não ficcional”, porém o narrador lança mão de modos narrativos convencionalmente considerados ficcionais.

O que isso significa para a “veracidade” das nossas pesquisas? No que tange às histórias analisadas, no tipo de investigação sobre o qual venho versando, não é sua “veracidade” que nos interessa, isto é, o quanto as narrativas analisadas representam eventos que podem ter ocorrido no passado ou não (RIESSMAN, 1993). O que nos interessa é o que nos dizem sobre visões de mundo concorrentes e as formas pelas quais normas e valores sociais são negociados interacionalmente no momento da prática narrativa, o que Bauman (1986) denomina o “evento narrativo”. Narrativas de pesquisa igualmente são negociadas, editadas e, subsequentemente, rearticuladas durante eventos narrativos como esses – encruzilhadas fundamentais nas quais sua própria “veracidade”, ou talvez mais corretamente, sua “validade”, é sujeita à deliberação, como veremos mais adiante.

Mundos narrativos como cadeias de autenticação

Como já sugeri, ao conceber textos de pesquisa como narrativas, sejam artigos, livros, dissertações e assim por diante, é possível entender os momentos nos quais são colocados sob escrutínio por outros — como em discussões com outros membros de um determinado grupo de pesquisa, com participantes de um congresso, ou em outras atividades de disseminação para o público geral — como “eventos narrativos”. Em outras palavras, engajamos na prática narrativa ao apresentar trabalhos a estes interlocutores, com quem é necessário negociar significados nesse “mundo narrativo”. No sentido laboviano, o “ponto” da história, ou dissertação etc., precisa, então, ser aceito por estes participantes, que podem questionar sua coerência. Tais momentos de interrogação, teoricamente, contribuem para a produção de textos polifônicos (BAKHTIN, 1981), nos quais convivem as múltiplas vozes de colegas, orientadores, avaliadores, participantes de congressos e de pesquisa, entre outros, fazendo com que os fenômenos estudados sejam contemplados de ângulos distintos e permitindo uma compreensão mais nuançada a ser alcançada. Ou seja, uma compreensão da sociedade em sentido plural, levando em consideração as diversas histórias que a compõem. A prática de pesquisa é, então, uma atividade dialógica, cujas “verdades” são interrogadas nessas várias encruzilhadas (ORTON, 2021). Ou, como aponta Mishler (1990, p. 422) “o conhecimento é validado dentro de uma comunidade de cientistas enquanto passam a compartilhar meios úteis e não problemáticos de pensar sobre e resolver problemas”. Tal cenário significa que, em vez de buscar comprovar a “veracidade” da pesquisa, o que está em jogo é a confiabilidade de nossas interpretações, inserindo o processo no mundo social. Para Riessman (1993, p. 64-8), essa validade da pesquisa pode ser avaliada ao examinar: (i) a coerência interpretativa; (ii) até que ponto interpretações alternativas são consideradas e participantes ativamente envolvidos na produção de conhecimento e (iii) o potencial pragmático do estudo. Isto é, até que ponto se orienta para o futuro e pode servir como base para outros trabalhos. Isso pode envolver, por exemplo, transparência a respeito do processo de interpretação, bem como o acesso aberto aos dados.

Em comparação, os discursos da pós-verdade, talvez possam ser vistos como aquilo que desafia o conhecimento (científico¹²) estabelecido e legitimado por instâncias de poder, porém sem engajar nos debates cruciais para a produção de tal conhecimento¹³, concebendo suas próprias interpretações como o limite da realidade. Essas “interpretações descuidadas”, nas palavras de Nurminen (2019, p. 315), desconsideram e/ou ignoram pontos de vista alternativos de um modo monológico. Nurminen (2019, p. 318) também destaca o potencial das mídias sociais como palco para a prática narrativa, uma vez que proporcionam “oportunidades narrativas [...] aos indivíduos, às corporações políticas e aos movimentos políticos em geral”. Tais atores, então, exploram meios para aproveitar o potencial da prática narrativa e produzir efeitos múltiplos. Mason (2019), por sua vez, compreende teorias da conspiração como um gênero narrativo, costuradas a partir de elementos fictícios e não fictícios. Porém, de acordo com o autor, a determinação de reduzir toda a ambiguidade, ao editar e ajustar tudo aquilo que é incongruente, significa que essas versões “persuasivas” de um mundo que, de outro modo, seria desestabilizador, simultaneamente, ignoram, de uma maneira monomaniaca, elementos centrais do debate científico. Como apontei anteriormente, em vez de participar de uma discussão – como é esperado em qualquer empreitada acadêmica – no qual o pesquisador examina um repertório de vozes e experiências concorrentes (e, por vezes, conflitantes) – a falta de engajamento com essas vozes leva à criação de círculos limitados de interação: as hoje famosas câmaras de eco. Dito isso, há um caminho longo pela frente caso desejemos que nossos textos de pesquisa textos dialoguem com uma gama maior de perspectivas. Mesmo no contexto acadêmico, “nossas opiniões e interpretações [podem aparecer] travestidas de fatos e certezas, excluindo explicações alternativas” (BIAR et al., 2021, p. 247) por meio de dispositivos retóricos que silenciam a divergência. A construção de coerência requer edição e as escolhas subjacentes produzem repercussões tanto éticas quanto epistemológicas, como Bauman e Briggs (1990) já nos alertaram.

A importância de contemplar (e versar sobre) o que ocorre nos bastidores já vinha sendo iluminado por Goffman (1956), cujas metáforas teatrais para descrever a vida social sugerem que, enquanto o mundo social pode parecer uma performance, (ou um casamento, nas palavras do autor), isso serve para disfarçar as várias camadas de preparo que a antecedem. Embora não haja consenso a respeito das contribuições do sociólogo para o pensamento pós-moderno, suas teorizações servem como ponto de partida produtivo para pensar sobre o ocultamento do que ocorre nos bastidores. Ao compreender a narrativa enquanto performance (GEORGAKOPOULOU, 2006), a apresentação de textos de pesquisa igualmente pode ser vista como um tipo de performance. Para Goffman (1956, p. 27), os atores sociais “escondem ou minimizam aquelas atividades consideradas incompatíveis com a visão idealizada de [si] e de [seus] produtos”. De acordo com a noção avançada, erros e

¹² Embora outros tipos de conhecimento possam ser desafiados pelos discursos da pós-verdade, esse ensaio confere enfoque à sua relação com a produção de conhecimento científico.

¹³ Embora esse ensaio focalize o discurso da pós-verdade em seu sentido retrógrado, vale frisar que tal discurso não é o produto exclusivo de um único sistema de crenças político-ideológico.

equivocos são, portanto, corrigidos antes da performance (ou “display”), para produzir uma impressão de “infallibilidade”, mascarando qualquer incerteza. Quando temos acesso apenas ao produto final, o autor alerta que “[e]m alguns casos, se pouco esforço foi necessário para produzir o objeto, tal fato será escondido. Em outros casos, serão as horas tediosas de trabalho solitário que serão escondidas” (GOFFMAN, 1956, p. 28).

Como observa Cesarino (2020), os discursos da pós-verdade aproveitam a ambiguidade possibilitada pelas mídias digitais, onde circulam em alta velocidade, sem nenhuma referência à fonte original ou a suas condições de produção. Citando o caso de Bolsonaro, a autora destaca a forma pela qual as ferramentas digitais podem favorecer a construção de “autenticidade”. Isso pode ser feito, por exemplo, a partir da postagem de fotos de um ambiente familiar bagunçado onde o presidente joga vídeo game de pijama e chinelo. Imagens como essas projetam espontaneidade, porém são propositalmente orquestradas para tal. No mais, o fenômeno descrito por Cesarino (2020) pode ser exacerbado pela confiabilidade atribuída à comunicação visual, a qual tende a ser vista como uma representação “verdadeira” daquilo que traduz, diferentemente da comunicação verbal, a qual tende a ser colocada sob maior escrutínio (EHRlich, 2018).

No que diz respeito à construção de conhecimento no ambiente acadêmico, o trabalho que antecede o produto final nem sempre é tão organizado quanto gostaríamos. Em vez de progredir de maneira linear à “iluminação”, investigadores, invariavelmente, questionam, editam, apagam e reescrevem seus próprios relatórios e achados, que serão, posteriormente, sujeitos à interrogação por outros (ORTON, 2021). A título de ilustração, o tipo de pesquisa que venho descrevendo aqui costuma partir dos dados, levando à necessidade frequente de rever o foco e os objetivos, de acordo com as temáticas e os fenômenos identificados. A tendência de armazenar esse processo humano por trás da produção de “verdades” em uma espécie de “caixa preta” (LATOURL, 1999), precisa ser substituída por mais transparência a respeito das redes e das escolhas envolvidas, caso desejemos advogar pela validade do conhecimento produzido (RIESSMAN, 1993). Para Latour (1989, p. 102) nossa compreensão da realidade parte daquilo que resiste a todas as “tentativas de dobrá-la ou quebrá-la” – tentativas que venho chamando de eventos narrativos e também podem ser vistos como “pontos de virada” (MISHLER, 2006), indispensáveis na construção de consenso não forçado sobre um determinado assunto. A transparência relativa a esse processo representa uma ruptura epistemológica e pode significar, por exemplo, a incorporação no texto de detalhes sobre o caminho árduo trilhado na busca por consenso.

A natureza fundamental desse processo e da transparência a respeito podem ser ilustradas pelo caso do — hoje desqualificado — médico britânico, Andrew Wakefield. Em 1998, Wakefield e seus colegas publicaram um artigo hoje descreditado. Nesse artigo, que contou com a chancela de revista conceituada, Wakefield afirmou ter encontrado relações entre a prevalência do autismo e a vacina tríplice viral contra caxumba, sarampo e rubéola (MMR, na sigla em inglês). Embora o conhecimento científico produzido nas humanas e nas ciências sociais, muitas vezes, permanece dentro da “torre de marfim”, as asserções de Wakefield, rapidamente, permearam o imaginário popular, onde ressoavam, propulsionando

e agravando ansiedade em relação à vacinação. Quando equívocos metodológicos e conflitos de interesse vieram ao conhecimento público em 2010, Wakefield perdeu sua habilitação para praticar medicina no Reino Unido, teoricamente, encerrando sua carreira. Porém, o processo de verificação tardio nunca exerceu o mesmo impacto que o discurso de medo já tinha desencadeado (pelo menos para além da comunidade científica). Mais do que uma década depois, no combate à covid-19, testemunhamos uma cobertura vacinal bem abaixo do ideal (principalmente no que diz respeito às doses de reforço e à vacinação de crianças)¹⁴. Esse cenário é agravado ainda mais por chefes de Estado, como o atual presidente brasileiro Bolsonaro, que alegam não terem sido vacinados, contradizem os conselhos da OMS ao promover tratamentos precoces não comprovados, cancelam a compra de vacinas, ou desencadeiam boatos sobre os efeitos colaterais das vacinas¹⁵. Tais práticas discursivas “acendem um clima de ceticismo (nas ciências, nas mídias tradicionais, nas instituições democráticas, mas também nas certezas epistêmicas de uma forma geral)” (SILVA, 2020, p. 532), amplificando o efeito de enunciados anteriores como os de Wakefield, enquanto, simultaneamente, desconsideram todos aqueles que desde então vem contribuindo à discussão com contra-argumentos.

Esse exemplo, portanto, lança luz sobre a importância não somente da transparência metodológica, como também os freios e contrapesos (como avaliação por pares e debate aberto) necessários para monitorar a produção e a verificação de conhecimento científico – processos que, frequentemente, se tornam ofuscadas após a publicação de artigos, dissertações e assim por diante. Como enfatiza Latour (2018), é somente hoje que as redes envolvidas na construção de conhecimento estão sob ataque que estamos mais cientes de sua importância. Os discursos da pós-verdade não deveriam, portanto, ser vistos como uma consequência do pensamento pós-moderno, e sim uma validação. Afinal, adotar uma perspectiva pós-moderna não significa negar a existência da gravidade, ou outros fenômenos cientificamente comprovados. Em vez disso, significa direcionar atenção necessária às redes anteriormente mencionadas, a fim de redescrever as condições nas quais o conhecimento (científico) se torna consenso. A partir de uma melhor compreensão desses procedimentos dos bastidores, é possível que a sociedade seja mais bem equipada para lidar com os discursos da “pós-verdade”. Isso não significa que o leigo precisa lidar com dados científicos complexos. Em vez disso, significa que, quando pesquisadores produzem narrativas de pesquisa, não deixam de descrever os eventos narrativos (como avaliação por pares, qualificações etc.) que contribuíram para sua construção. Sobretudo, apesar de nossos textos de pesquisa serem, frequentemente, vistos como “produtos finais”, tal diálogo não se encerra com sua publicação – os *accounts* fornecidos podem ser, subsequentemente, dobrados ou quebrados por leitores

¹⁴ Peixoto, R. *Vacinação contra a Covid: índices estagnados da dose pediátrica e de reforço preocupam; veja gráficos*. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/03/17/vacinacao-contra-a-covid-indices-estagnados-da-dose-pediatica-e-de-reforco-preocupam-veja-graficos.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2022.

¹⁵ G1 BA. *Bolsonaro diz que não tomará vacina e chama de 'idiota' quem o vê como mau exemplo por não se imunizar: 'Eu já tive o vírus'*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/17/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-e-chama-de-idiota-quem-o-ve-como-mau-exemplo-por-nao-se-imunizar-eu-ja-tive-o-virus.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2022.

futuros, levando à criação e à publicação de contra narrativas na atividade inesgotável que é a produção de conhecimento (ORTON, 2021).

Afinal, o mergulho em profundidade do qual a pesquisa social necessita dificilmente acompanha a velocidade das interações na era digital, ou das subsequentes mudanças nas configurações dos grupos sociais. Nosso campo de pesquisa, muitas vezes, se transforma antes mesmo da publicação de nossos textos, sublinhando, novamente, “o frágil e flexível território dos saberes” (FABRÍCIO, 2006, p. 53). Embora isso não invalide a pesquisa, nos convida a refletir sobre possíveis meios de divulgação científica para além da publicação de artigos e teses, como a publicação em blogs e o uso das redes sociais para comunicar resultados parciais, ou reflexões teóricas proporcionadas pela pesquisa. Ao permitir que um leque mais amplo de atores sociais interaja com a produção de conhecimento, a pesquisa se torna cada vez mais multifacetada e, desse modo, também robusta.

Reescrevendo narrativas dominantes: uma abordagem dialógica

Tendo delineado alguns dos pressupostos que orientam a pesquisa contemporânea preocupada com as relações entre linguagem e sociedade, as críticas a ela direcionadas diante do avanço dos discursos da “pós-verdade”, e as cadeias de autenticação que podem garantir seu caráter dialógico, esta última seção aborda algumas rupturas epistemológicas que vem ocorrendo no campo, buscando refletir sobre seu potencial para construir consenso e contribuir para a transformação social — cujos avanços tímidos rumo a uma sociedade mais igualitária estão cada vez mais sob ataque.

O papel de histórias, mais uma vez, parece fundamental aqui, dado seu potencial para “alavancar a mudança humana” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 119). Alguns podem argumentar que os propagandistas da pós-verdade vêm aproveitando o poder da narrativa, levando o termo a ganhar novo valor semântico. D’Ancona (2017, p. 90), por exemplo, sugere que a noção de narrativa vem sendo “contaminada”, pelo seu uso excessivo na esfera política para se referir a estratégias ou planos. De acordo com as acusações, histórias persuasivas e comoventes vêm substituindo o papel de “fatos empíricos” no que diz respeito à tomada democrática de decisões. A título de ilustração, a campanha “MAGA” (*Make America Great Again*) de Trump, aproveitou o apelo emocional de uma história única da imigração como nada mais do que um “problema”, alimentando o medo e o ressentimento em relação ao “Outro”, ao ignorar a complexidade desse fenômeno multifacetado.

Portanto, parece necessário perguntar como essas narrativas monológicas, bem como os discursos da pós-verdade em sentido amplo, podem ser desafiados? Até agora, tenho argumentado por mais transparência a respeito das redes nas quais o conhecimento se estabelece, e da nossa implicação nas histórias que criamos sobre aquilo que estudamos. Essas histórias são cruciais para a compreensão e a apreensão da era de pós-verdade na qual vivemos, mas elas mesmas são também politicamente carregadas. Porém, diferente de narrativas da pós-verdade, seus ganhos epistêmicos coletivos são colocados sob escrutínio em diversos momentos (ORTON, 2021). Se os “fatos” perderam seu *status* de veracidade perante

o público geral, é possível que a pesquisa narrativa desempenhe um papel novo para além das fronteiras disciplinares convencionais? No contexto do aquecimento global, por exemplo, pesquisadores vem observando como o acúmulo de dados apenas leva negacionistas a se tornarem mais convictos de que o fenômeno não passa de uma invenção por parte dos cientistas (D’ANCONA, 2017; LATOUR, 1989). Enquanto isso, investigações recentes sobre a forma pela qual histórias contadas por habitantes de ambientes ameaçados por mudanças climáticas podem informar percepções e políticas públicas, destacam o potencial da análise de narrativa para borrar fronteiras disciplinares e provocar mudanças em tempos de pós-verdade¹⁶.

Tais possibilidades permitem o reexame da ostensiva batalha entre a emoção e a razão – com a qual a ascensão dos discursos da pós-verdade é, frequentemente, associada. Embora a emoção e a razão sejam, tradicionalmente, vistas como polos opostos, um número crescente de pesquisadores vem examinando as formas pelas quais se encontram imbricadas. A respeito disso, a Antropologia das Emoções – um subcampo da Antropologia – explora a relação entre razão e emoção ao considerar o próprio papel da emoção na produção de conhecimento (COELHO, 2019).

Nesse mesmo sentido, linguistas como Amaral (2020) vem frisando a forma pela qual emoções podem estar entrelaçadas com decisões sobre o objeto de pesquisa em si. O estudo em questão investiga as performances identitárias de mulheres em tratamento de câncer de mama e foi inspirada por uma amiga da pesquisadora que enfrentou a doença. Em vez de tentar “minimizar” seu envolvimento emocional com o tema, a pesquisadora reflete sobre seu papel na construção de conhecimento ao longo de sua tese. De um modo semelhante, Borges (2017, p. 9), apela a um “sentir crítico” como guia ético para as investigações acadêmicas. O conceito é definido como “um amálgama emocional no qual desenvolvemos a criticidade postulada e provida pelo letramento crítico” que vai além do pensamento racional sobre as questões pesquisadas, necessitando que o pesquisador se coloque “disponív[el] emocionalmente para sentir as angústias do outro”.

Dito isso, a urgência das questões sociais investigadas, muitas vezes, é dificilmente traduzida para um público mais amplo. A priorização de contra narrativas – articuladas por participantes no nível micro das interações – ao colocá-las no cerne da pesquisa, constitui um ponto de partida produtivo (ORTON, 2021). Porém, conforme já mencionado, práticas de divulgação científica ainda tem um papel crucial a desempenhar: de acordo com D’Ancona (2017), o conhecimento precisa de um sistema de distribuição que dialogue com a experiência, a memória e a esperança. Por esperança, me refiro não a uma esperança apática “crente que o milagre [possa] acontecer, mas uma esperança que se [concretiza] na luta” (EVARISTO, 2017, p. 152), conforme vem sendo teorizada por autores como Miyazaki (2004), entre outros. O tipo de narrativa de pesquisa delineado nesse ensaio pode estar bem-posicionado para tal, especialmente quando o pesquisador está disposto a explorar novos meios que possam alcançar o público geral. Como apontam Gergen e Gergen (2006, p. 117)

¹⁶ Exemplos incluem o trabalho em andamento no *Arctic Institute*: Arctic Institute, The. *Narratives of the North*. Disponível em: <https://www.thearcticinstitute.org/projects/narratives/>. Acesso em: 09 set. 2022.

“há alguma coisa especialmente eficaz ao ouvir a narrativa do outro que atravessa fronteiras de significado e traz as pessoas para um estado de mutualidade”. Narrativas inspiram a empatia e a confiança de uma forma que debates raramente o fazem, fomentando a receptividade.

A necessidade de histórias que amenizam as divisões em tempos de polarização é também enfatizada por Evans (2017), que advoga por “novos mitos” que falam de quem somos e do mundo que habitamos. O autor se refere aqui a mitos não no sentido de falsidades, mas sim no sentido de histórias coletivas — histórias que reúnem a pluralidade da experiência humana para criar sentido sobre o passado e o presente, além de vislumbrar um futuro compartilhado. A construção dessas histórias, guiada por “valores e juízos éticos, tendo em vista não valores universais, mas sim valores democraticamente definidos na esfera pública e no diálogo aberto” (FABRÍCIO, 2006, p. 62), pode ser capaz de contestar as narrativas de pós-verdade.

Como destaca Fabrício (2006), a pesquisa em Linguística Aplicada é justificada não por sua “superioridade epistemológica”, mas sim por seu comprometimento ético com uma agenda de transformação social, que busca reduzir a exclusão social e o sofrimento humano. Logo, precisamos de histórias que contemplem a diversidade do mundo globalizado, histórias contadas por aquelas/es tradicionalmente silenciadas/os, histórias que comovam e levem para a ação, que resistam aos esforços de dobrá-las ou quebrá-las e que não ocultam essas condições de sua produção. No mais, é necessário encontrar meios para que estas histórias alcancem aqueles que mais precisam ouvi-las, para além dos nossos círculos mais limitados de interação.

Esse processo de divulgação não pode ser desassociado das relações de poder anteriormente mencionadas, que moldam as redes latourianas aqui discutidas. Apesar de ser objeto de crítica há tempos, o imperialismo linguístico (PHILLIPSON, 1992), por exemplo, ainda desempenha papel significativo nas decisões a respeito de quais vozes são ouvidas, garantindo que as instituições tradicionalmente renomadas no Norte Global permaneçam “centros” de poder e privilégio no que tange à produção e disseminação de conhecimento. Tal quadro produz implicações amplas, como, por exemplo: quem participa de congressos internacionais (que devem fazer mais do que colocar “as vozes do sul” [MOITA LOPES, 2001] como simples temática); quem publica em revistas internacionais; quem recebe bolsas de pesquisa e prêmios prestigiosos, bem como quem recebe crédito por suas ideias. Um meio de resistência possível é evitar o que Santos (2007) denomina “epistemicídio”, isto é, a citação de alguns poucos estudiosos, em sua maioria homens brancos cis-gênero e heterossexuais, localizados no Norte Global. Em vez disso, o trabalho daqueles que permanecem nas margens do tradicional “*inner circle*”, nas palavras de Kachru (1982), precisa ser privilegiado. Ações como essas podem contribuir para a redistribuição do capital simbólico (BOURDIEU, 1987) pelas redes da comunidade acadêmica internacional de modo a possibilitar a validação do conhecimento científico produzido por aqueles menos privilegiados, fortalecendo, assim, o combate aos discursos da pós-verdade que, muitas vezes, ameaçam seus modos de vida.

No entanto, como já foi destacado em (BIAR et al., p. 141), se desejamos que “as histórias de nossos participantes de pesquisa sejam ouvidas, devemos [...] continuar a desafiar não somente as estruturas de poder que perpetuam a divisão Norte/Sul, como também aquelas que caracterizam nossos próprios procedimentos de pesquisa”. Afinal, as relações de poder também se sustentam dentro do Sul Global. Reflexões a respeito do modo como descrevemos o outro — aquilo que Coelho (2016, p. 10) chamou da “política das representações” — podem contribuir tanto para a validade da pesquisa, quanto para a disseminação de narrativas de pesquisa polifônicas — narrativas essas que contemplam enunciados anteriores e antecipam enunciados futuros, e cuja circulação talvez possa auxiliar a contestação dos discursos da pós-verdade.

Referências

- AMARAL, R. M.; PEREIRA, M. G. D. “A mulher no mercado”: narrativa de sofrimento e denúncia postada no blog de uma mulher com câncer de mama. *Revista PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 25, p. 279-299, 2020.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Maria Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Tradução de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin and London: University of Texas Press, 1981.
- BAUMAN, R. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. *Annual Review of Anthropology*, Stanford, v. 19, n. 1, p. 59-88, 1990.
- BIAR, L.; ORTON, N.; BASTOS, L.C. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 21, n. 2, p. 231-251, 2021.
- BLOMMAERT, J. O Discurso Político em Sociedades Pós-digitais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 390-403, 2020.
- BORGES, T. R. S. Pelo amadurecimento de um “sentir crítico”. *Veredas, Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 8-23, 2017.
- BOURDIEU, P. *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Tradução de Richard Nice. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- BROWSE, S.; HATAVARA, M. “I can tell the difference between fiction and reality”: Cross-fictionality and Mind-style in political rhetoric. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 333-351, 2019.
- BRUNER, J. *Acts of meaning: four lectures on mind and culture*. Massachusetts: Harvard University Press, 1990.
- CESARINO, L. Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 404-427, 2020.

CLIFFORD, J. Partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Orgs.). *Writing Culture: the poetics and the politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 1-26.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. *Writing Culture: the poetics and the politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

COELHO, M. C. Sobre tropas e cornetas: apresentações à edição brasileira de writing culture. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Orgs.). *A escrita da cultura—Poética e política da etnografia*. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. p. 7-25.

COELHO, M. C. Emotions and intellectual work. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p. 273-297, 2019.

D’ANCONA, M. *Post-truth. The new war on truth and how to fight back*. Ebury Press, 2017.

DE FINA, A. Doing narrative analysis from a narratives-as-practices perspective. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 31, n. 1, p. 49-71, 2021.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. Introduction: Narrative Analysis in the shift from texts to practices. *Text & Talk*, Berlin, v. 23, n. 1, p. 40-61, 2008.

EHRlich, S. ‘Well, I saw the picture: semiotic ideologies and the unsettling of normative conceptions of female sexuality in the Steubenville rape trial. *Gender & Language*, Sheffield, v. 13, n. 2, p. 251-269, 2018.

EVANS, A. *The myth gap: what happens when evidence and arguments aren’t enough?* Transworld, 2017.

EVARISTO, C. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizaegm”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

FOUCAULT, M. *The Archaeology of Knowledge*. Tradução de Alan Sheridan. New York: Pantheon Books, 1972.

GEE, J. P. *An introduction to discourse analysis: Theory and method*. New York: Routledge, 1999.

GERGEN, M.; GERGEN, K. Narratives in action. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 112-121, 2006.

GEORGAKOPOULOU, A. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 122-130, 2006.

GOFFMAN, E. *The Presentation of Self in Everyday Life*, 1956. 161 f. University of Edinburgh Social Sciences Research Centre, Monograph No.2.

GOFFMAN, E. The Interaction Order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, Thousand Oaks, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

HATAVARA, M.; MILDORF, J. Fictionality, narrative modes and vicarious storytelling. *Style*, Pennsylvania, v. 51, n. 3, p. 392-408, 2017.

JÄRVINEN, M. Life histories and the perspective of the present. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 14, n. 1, p. 45-68, 2003.

KACHRU, B. Models for Non-Native Teachers. In: KACHRU, B. (Ed.). *The Other Tongue. English Across Cultures*. 2. ed. Chicago: University of Illinois Press, 1982. p. 48-74.

KRAATILA, E. Conspicuous fabrications: Speculative fiction as a tool for confronting post-truth discourse. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 418-433, 2019.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. (Ed.), *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-396.

LABOV, W.; WALETSKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Org.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

LANGELLIER, K. M. “You’re marked”: breast cancer, tattoo and the narrative performance of identity. In: BROCKMEIER, J.; CARBAUGH, D. (Orgs.). *Narrative and Identity. Studies in autobiography, self and culture*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 145-184.

LATOUR, B. Clothing truth. In: LAWSON, H.; APPIGNANESI, L. (Eds.). *Dismantling Truth: Reality in the Post-Modern World*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1989. p. 101-126.

LATOUR, B. *Pandora’s hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

LATOUR, B. *Down to earth: Politics in the New Climatic Regime*. Cambridge: Polity Press, 2018.

LINDE, C. *Life Stories: the creation of coherence*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

LYOTARD, J. *The postmodern condition*. Tradução de Geoff Bennington e Brian Massumi. Manchester: Manchester University Press, 1984.

MASON, J. Making fiction out of fact: Attention and belief in the discourse of conspiracy. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 293-312, 2019.

MCINTYRE, L. *Post-truth*. Cambridge: MIT Press, 2018.

MISHLER, E. Validation in inquiry-guided research: The role of exemplars in narrative studies. *Harvard Educational Review*, Harvard, v. 60, n. 4, p. 415-442, 1990.

MISHLER, E. Narrative and Identity: the double arrow of time. In: DE FINA, A.; SCHRIFFIN, D.; BAMBERG, M. (Eds.). *Studies in interactional sociolinguistics: v. 23. Discourse and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 30-47.

MIYAZAKI, H. *The Method of Hope: Anthropology, Philosophy and Fijian Knowledge*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

MOITA LOPES, L.P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstructionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C.; DANTAS, M. T. (Eds.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. p. 55-72.

MOONEY, C. Once and For All: Climate Denial Is Not Postmodern. Disponível em: <https://www.desmog.com/2011/02/28/once-and-all-climate-denial-not-postmodern/>. Acesso em: 04 maio. 2021.

NURMINEN, M. Narrative warfare: the “careless” reinterpretation of literary canon in online antifeminism. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 313-332, 2019.

- ORTON, N.; BIAR, L. Horizontality and gender in contemporary social movements: Narrative practice as a means of resistance. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 30, n. 2, p. 236-270, 2020.
- ORTON, N. “Myths”, “truths” and the role of Applied Linguistics in contemporary society. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 60, n. 2, p. 455-466, 2021.
- ORTON, N.; BIAR, L. Putting gender on the agenda in Rio de Janeiro: subtly switching gears in discussions of bicycle advocacy. *Gender & Language*, Sheffield, v. 15, n. 4, p. 447-475, 2021.
- PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- RIESSMAN, C. K. *Narrative Analysis*. Newbury Park: Sage, 1993.
- SCHOOFS, K.; VAN DE MIEROOP, D. Adjusting to new “truths”: The relation between the spatio-temporal context and identity work in repeated WWII-testimonies. *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 19, n. 2, p. 268-292, 2019.
- SCHRIFFIN, D. How a story says what it means and does. *Text & Talk*, Berlin, v. 4 n. 4, p. 313-346, 1984.
- SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCRUTON, R. *Fools, Frauds and Firebrands: Thinkers of the New Left*. London: Bloomsbury, 2015.
- SILVA, D. N. The Pragmatics of Chaos: parsing Bolsonaro’s undemocratic language. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 507-537, 2020.
- YOUNG, K. G. *Taleworlds and storyrealms: The phenomenology of narrative*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.

Recebido em: 09/05/2022

Aceito em: 16/09/2022